

SISTEMA FAEP



**Mala Direta
Postal**

9912271704-DR/PR

SENAR

CORREIOS

BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVII nº 1228 - 12/08/2013 a 18/08/2013

Tiragem desta edição 24.000 exemplares



O SISLEG REVOGADO

ITR

O Leão em Ação

PEDÁGIO

Redução de Tarifas

COMERCIALIZAÇÃO

Os Segredos Fora
da Porteira

Aos Leitores



O nome era longo: Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente – SISLEG. Era, porque desde o último dia 6 deixou de existir através do decreto 8680 assinado pelo governador Beto Richa. Com o novo Código Florestal brasileiro o SISLEG passaria a se superpor à nova legislação ambiental. O texto desse decreto ocupa as próximas páginas desta edição

E como ocorreu no ano passado, a FAEP organizou novamente o seminário “Segredos da Fronteira” em dez cidades-polo do Estado, onde o consultor em commodities Pedro Dejeneka discorreu e discutiu com lideranças rurais e produtores as tendências da comercialização dos grãos.

Na última página desta edição, para espalhar, você poderá checar qual é o teu temperamento, segundo a definição de um grego que viveu 6 mil anos antes de Cristo.

Índice

Meio Ambiente	03
ITR	06
CaFé	07
Ferrugem Asiática	08
Opinião	10
Crédito Rural	13
Trânsito	14
Infraestrutura	15
Pedágio	16
Perfil	18
Segredos Fora da Porteira	20
Análise da Conjuntura	23
Consecana	26
Cartas	27
Eventos Sindicais	28
Via Rápida	30

Fotos: Divulgação, Fernando Santos, Milton Dória, Ricardo Rossi e Arquivo FAEP

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon
Editor: Hélio Teixeira | **Redação:** Hemely Cardoso, Katia Santos e Valtemir Soares Jr. |
Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figuel

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Decreto revoga SISLEG

E institui o Cadastro Ambiental do Paraná



O governador Beto Richa assinou o decreto 8680 no último dia 6, revogando o Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente (SISLEG) criado pelos Decreto Estadual 387, de 03 de março de 1999, e do Decreto 3320, de 12 de julho de 2004, e instituindo o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Paraná (SICAR-PR), integrando-o ao mesmo Sistema de âmbito nacional estipulado pelo novo Código Florestal brasileiro.

Dessa forma não é mais necessária a averbação (registro em Cartório) da Reserva Legal nas propriedades, conforme estabelecido no novo Código Florestal.

O artigo 7º do Decreto 8680 estipula que o preenchimento do SICAR-PR pelos produtores paranaenses depende do anúncio da data de implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) pelo Ministério do Meio Ambiente.

“O texto do decreto teve a compreensão e anuência do governador por ser resultado de intensas negociações entre a FAEP e os órgãos ambientais do Estado, resultando num consenso que equilibra as atividades produtivas e ambientais”, afirmou Ágide Meneguette, presidente da FAEP.

Veja a íntegra do Decreto na próxima página.

DECRETO Nº 8.680

Institui o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado do Paraná SICAR-PR e adota demais providências

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e no Decreto Federal nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado do Paraná, (SICAR-PR), integrado ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), de âmbito nacional, de que trata o Decreto Federal nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, com os seguintes objetivos:

I - Receber, gerenciar e integrar dados do Programa de Regularização Ambiental da Propriedade Rural (PRA), especialmente quanto ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) relativos aos imóveis rurais localizados no Estado do Paraná;

II - Cadastrar e controlar as informações dos imóveis rurais, referente a seu perímetro e localização, aos remanescentes de vegetação nativa, às áreas de interesse social, às áreas de utilidade pública, às áreas de preservação permanente, às áreas de uso restrito, às áreas consolidadas e às reservas legais;

III - Monitorar a manutenção, a recomposição, a regeneração, a compensação e a supressão da vegetação nativa e da cobertura vegetal nas áreas de preservação permanente, de uso restrito, e de reserva legal, no interior dos imóveis rurais;

IV - Promover o planejamento ambiental e econômico do uso do solo e conservação ambiental no território; e

V - Disponibilizar informações de natureza pública sobre a regularização ambiental dos imóveis rurais em território paranaense, na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 2º. Para os efeitos deste Decreto e nos termos da legislação federal que rege a matéria, entende-se por:

I - Cadastro Ambiental Rural (CAR) registro eletrônico de abrangência nacional junto ao órgão ambiental competente, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (SINIMA), obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finali-

dade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento;

II - Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) – sistema eletrônico de âmbito nacional destinado ao gerenciamento de informações ambientais dos imóveis rurais;

III - Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado do Paraná (SICAR-PR) - sistema eletrônico de âmbito estadual destinado ao gerenciamento de informações ambientais dos imóveis rurais;

IV - Regularização Ambiental - atividades desenvolvidas e implementadas no imóvel rural que visem atender ao disposto na legislação ambiental e, de forma prioritária, à manutenção e recuperação de áreas de preservação permanente, de reserva legal e de uso restrito e à compensação da reserva legal, quando couber;

V - Programas de Regularização Ambiental (PRAs), - o conjunto de ações ou iniciativas a serem desenvolvidas por proprietários e posseiros rurais com o objetivo de adequar e promover a regularização ambiental com vista ao cumprimento do disposto na Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012;

VI - Imóvel Rural - uma ou mais propriedades ou posses rurais, contínuas, pertencentes a mesma pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, em regime individual ou comum, sendo área contínua que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada, conforme disposto no artigo 4º da Lei Federal nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;

VII - Reserva Legal - área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;

VIII - Área de Preservação Permanente (APP) área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

IX - Área de Uso Restrito - área de inclinação entre 25° e 45° cujo uso é restrito nos termos do artigo 11 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012;

X - Área Rural Consolidada - área com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio.

Art. 3º. O SICAR-PR será gerenciado pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) que poderá solicitar documentações complementares ou realizar vistorias de campo sempre que julgar necessário para verificação das informações declaradas e acompanhamento dos compromissos assumidos.

§ 1º. Para a inscrição dos imóveis rurais do Estado do Paraná no SICAR-PR, bem como para a sua ampla divulgação, fica facultado ao IAP o estabelecimento de parcerias com entidades do Terceiro Setor, sem fins lucrativos, por instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, individualmente ou consorciadas, respeitada a legislação Federal e Estadual.

§ 2º A homologação do CAR no Estado do Paraná será efetuada pelo IAP, por meio de seus escritórios regionais, de acordo com os prazos estabelecidos pela Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Art. 4º. A inscrição no CAR é obrigatória para todas as propriedades e posses rurais, sendo a homologação do CAR condição para os benefícios do Pagamento por Serviços Ambientais, conforme artigo 5º da Lei Estadual 17.134 de 25 de abril de 2012.

§ 1º. A inscrição dos imóveis rurais do Estado do Paraná no Cadastro de Pagamento por Serviços Ambientais (CPSA), conforme previsto pelo artigo 8º da Lei Estadual 17.134, de 25 de dezembro de 2012, terá como base as informações do Cadastro Ambiental Rural.

Art. 5º. Ficam revogados o Decreto Estadual n.º 387, de 03 de março de 1999 e o Decreto 3.320, de 12 de julho de 2004, referentes ao Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente (SISLEG).

Art. 6º. O agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que tiver inscrito anteriormente no SISLEG, terá atendimento prioritário para cadastramento e homologação do CAR.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e a

implementação do SICAR-PR ocorrerá de acordo com o que determina o artigo 21 do Decreto Federal nº 7.830, de 17 de outubro de 2012: “Ato do Ministro de Estado do Meio Ambiente estabelecerá a data a partir da qual o CAR será considerado implantado para os fins do disposto neste Decreto e detalhará as informações e os documentos necessários à inscrição no CAR, ouvidos os Ministros de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário”.

Curitiba, em 06 de agosto de 2013,
192º da Independência e 125º da República.

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

CEZAR SILVESTRI
Secretário de Estado de Governo

LUIZ EDUARDO CHEIDA
**Secretário de Estado do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos**

Ajustes no site do CAR

No último dia 7 o Ministério do Meio Ambiente suspendeu, temporariamente, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) que estava disponível para inscrição de produtores no site www.car.gov.br. Há quatro meses o MMA colocou em testes para Goiás e no Rio de Janeiro o Cadastro Ambiental Rural (CAR) para detectar os pontos deficientes da ferramenta. A previsão é de que o prazo necessário para essa detecção seja de três meses. Durante esse período, novas inscrições estarão suspensas, mas todos os dados dos Cadastros já inscritos não serão perdidos. Após a conclusão dos trabalhos de adequação do Cadastro, um Ato da Ministra de Estado do Meio Ambiente estabelecerá a data a partir da qual o CAR será considerado, oficialmente, implantado no país para que os produtores possam cumprir a Lei 12.651/2012 e o Decreto 7.830/2012.

Prazo para o ITR começa dia 19

O prazo vale para o Ato Declaratório Ambiental (ADA) também



Começa no dia 19 de agosto o prazo para a entrega da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) de 2013. A apresentação deste documento deve ser feita junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e é obrigatória para pessoas físicas e jurídicas que sejam proprietárias de imóveis rurais, titulares do domínio, ou possuidoras, a qualquer título, incluindo aquelas que somente usufruem do imóvel.

As regras para o ITR 2013 estão na Instrução Normativa (IN) 1.380. Quem não fizer a declaração ficará impedido de tirar a Certidão Negativa de Débitos, documento indispensável para registro de compra ou venda de propriedade rural e para a obtenção de financiamento agrícola. A data final para declarar o imposto é 30 de setembro.

A declaração deve ser feita por meio do Programa Gerador da Declaração do ITR, relativo ao exercício de 2013, que estará disponível no site da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br).

Áreas de interesse ambiental – O proprietário também deve entregar, até 30 de setembro, o Ato Declaratório Ambiental (ADA), que serve para comprovar a existência de áreas de interesse ambiental em sua propriedade. Estas áreas são classificadas como “não tributáveis” ficando, portanto, isentas do ITR.

São áreas de interesse ambiental: Áreas de Preservação Permanente (APP), Reservas Legais (RLs), Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), Interesse Ecológico, Servidão Ambiental, Cobertas por Floresta Nativa e Alagadas para constituição de reservatório de usinas hidrelétricas. Por meio do ADA, também é possível ter redução da alíquota para as áreas de manejo florestal.

“A FAEP, durante o mês de julho, capacitou todos os funcionários dos sindicatos rurais que ainda não tinham passado por este treinamento e tornou-os aptos para prestar este serviço para o produtor rural”, afirma Kelli Cristine Rodrigues Cardoso, coordenadora do Departamento Sindical

Para entregar o ADA, o interessado deve preencher um formulário eletrônico do Sistema ADAWeb, que pode ser acessado no site do IBAMA: (<http://servicos.ibama.gov.br/index.php/relatorios-e-declaracoes/ato-declaratorio-ambiental-ada>).

Nele, o proprietário rural informa seus dados, como o CPF ou CNPJ, senha e autenticação a respeito das informações ambientais que serão apresentadas ao Ibama.

Acesse a Instrução Normativa com as regras do ITR de 2013, por meio do link: <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=28&data=01/08/2013>

Café: contrato para três milhões de sacas

Mas a medida deveria ter sido tomada em maio



A presidente Dilma Rousseff anunciou na última quarta-feira, dia 7, em Minas Gerais, o lançamento de contratos de opção de venda para 3 milhões de sacas de café, atendendo a uma demanda de cafeicultores em meio a preços baixos no mercado internacional. A medida significa que o governo poderá comprar café e acumular estoques, caso os preços da commodity não reajam até o vencimento das opções. Os contratos de opção terão preço de exercício de R\$ 343 por saca de 60 kg, com vencimento previsto em março de 2014 – os produtores queriam vencimento já neste ano.

Caso todos os contratos sejam exercidos, o governo deverá desembolsar cerca de R\$ 1 bilhão com este mecanismo de apoio ao setor. Além da opção de venda, Dilma também anunciou que o governo vai oferecer crédito para financiar a estocagem do café. Ela anunciou ainda que o governo “financiará a estocagem com compras garantidas pelo preço mínimo”, de R\$ 307 a saca, sem, no entanto, detalhar a operação. “Os contratos de opção correspondem à metade do estoque atual que, se não me engano, é de seis milhões de sacas”, afirmou ela.

Para o presidente da Comissão de Cafeicultura do Sistema FAEP, Walter Ferreira Lima, a medida chegou tarde, e sem desculpas para o atraso. “Por que a presidente não tomou essa decisão em maio quando o setor pediu o socorro? Infelizmente, não alcançamos a marca de R\$ 360, como havíamos solicitado”, criticou.

Segundo ele, além de vir tarde, a medida não atende as reivindicações para fortalecer a atividade cafeeira no Paraná. “Nós pre-

cisamos reduzir nossos custos de produção já que não conseguimos aumentar o preço do café. A presidente tem que tomar medidas que atendam as reivindicações do setor, como por exemplo, dar socorro aos cafeicultores paranaenses em relação às geadas”, observou.

Banco do Brasil e Funcafé

Além das medidas anunciadas pela presidente, o Banco do Brasil deverá destinar mais R\$1,570 bilhão para financiamentos ao setor, cobrando taxa de juros do crédito rural, segundo informações do Conselho Nacional do Café (CNC), órgão ligado aos produtores que negociou com o governo. Do total, o Banco do Brasil deverá destinar R\$1 bilhão para financiar aquisição e estocagem do produto, e R\$570 milhões para apoiar compra por parte das indústrias, de acordo com o CNC. A instituição, que representa cooperativas, afirmou também que recebeu a confirmação do rateio dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), que somarão R\$3,16 bilhões na safra atual, incluindo R\$1,14 bilhão para estocagem e R\$650 milhões para custeio e colheita. Somando-se todos os recursos, a cafeicultura deverá receber um volume de cerca de R\$5,76 bilhões de reais na atual temporada.

Ferrugem asiática: Fique de olho

Pesquisador da Embrapa alerta para monitoramento da lavoura



Na foto a direita Rafael Moreira Soares

Até 15 de setembro o período é de vazio sanitário e nenhuma planta de soja deve existir em território paranaense, para não ser hospedeira do fungo causador da ferrugem asiática. Nas duas últimas safras de verão, as perdas foram menores devido às medidas corretivas e das condições climáticas desfavoráveis ao fungo. O engenheiro agrônomo e pesquisador da Embrapa Soja, Rafael Moreira Soares, destaca que a ferrugem é de longe o principal problema fitossanitário no País. E nenhum outro já causou tantas perdas.

Em 11 safras, o prejuízo acumulado da ferrugem da soja no Brasil estaria entre US\$19 e US\$25 bilhões. “É uma estimativa do custo provocado pela ferrugem em que a gente soma as perdas em grãos e o custo para controlar a doença. Os gastos que o produtor tem na hora de aplicar fungicidas, por exemplo, gira em torno de US\$ 2 bilhões”, conta Soares.

O caso da ferrugem é parecido ao da lagarta *Helicoverpa armigera*. Ou seja, o produtor tem que monitorar a lavoura e descobrir o problema cedo. Assim, maiores são as chances de reduzir o prejuízo. “Esse monitoramento é realizado mediante a coleta de folhas principalmente de parte baixa, onde a doença começa e o

produtor pode mandar as folhas para análise em laboratórios. Ele deve ficar de olho nos danos que a doença provoca, como pequenas lesões que aparecem nas folhas e rapidamente se multiplicam, tomando conta dela, amarelando-a e provocando sua queda antes da hora. Dessa forma, diminui a produção de grãos das plantas”, explica Soares

De forma geral, a pulverização preventiva deve ser feita na floração da soja, (fungicidas triazóis e estrobilurinas) mas é possível entrar com o fungicida ainda na fase vegetativa, se os sintomas forem detectados. Por outro lado, a adoção de cultivares precoces ajuda a driblar a ferrugem, mas não é uma solução, por que a concentração do cultivo em uma mesma época aumenta os riscos com chuva ou seca.

O que já é realidade, em algumas regiões, são as variedades resistentes à doença. Segundo o pesquisador, a Embrapa lançou duas cultivares, a BRSGO 7560, em Goiás, e no ano passado, lançou na região de Minas Gerais e norte de São Paulo, a BRSMG 780 RR. “A doença ainda ocorre nessas cultivares, mas de forma menos agressiva porque elas apresentam maior resistência ao ataque do fungo”, compara.



Antiferrugem

A Embrapa junto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e outras instituições criaram o Consórcio Antiferrugem. Com o objetivo de combater a doença, o produtor pode acompanhar na página da internet (www.consorcioantiferrugem.net) as ocorrências da praga em tempo real, além de obter todas as informações necessárias para combatê-la.

Epidemia

O primeiro foco da *Phakopsora pachyrhizi*, nome científico da ferrugem asiática, ocorreu no Brasil durante a safra 2000/2001, quando também houve identificação da praga no Paraguai. Nesse período, o fungo não chegou a causar prejuízos porque entrou no final do ciclo da plantação. Mas, na safra seguinte se alastrou como uma epidemia para os estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Tocantins, Piauí, Maranhão e Rondônia. Nessa época, os produtores acabaram fazendo as aplicações de forma tardia, o que provocou um prejuízo de US\$ 125,5 milhões e a perda de 569,2 mil toneladas de soja.

A ferrugem no Paraná

A ferrugem asiática é a principal doença da soja em todas as regiões do Paraná. Com 14 focos da doença nas lavouras, o Estado lidera o ranking entre os estados onde há maior presença da doença na safra 12/13. O Mato Grosso ocupa a segunda posição, com nove casos registrados. Os dados foram divulgados pelo Consórcio Nacional Antiferrugem no início de julho. Estima-se que 73% dos

focos de ferrugem asiática registradas no país foram encontrados em lavouras comerciais de soja da safra 2012/13. A proliferação da doença em planta guaxa (aquelas que nascem sem serem plantadas) correu em menos de 30% dos casos identificados pelo Consórcio Antiferrugem. Dos 38 focos existentes nesta safra, 28 estão em lavouras comerciais, sendo outros 10 focos em plantas guaxas.

Multa e até interdição

As determinações da Resolução nº 120 de 2007 estão em prática desde 2008, com o objetivo de retardar ao máximo o aparecimento do fungo causador da ferrugem asiática. O não cumprimento das determinações da resolução acarreta, além da multa, gastos posteriores com produtos químicos para controlar o fungo. Se for constatada a presença de plantas vivas de soja em lavouras, carreadores, às margens de ferrovias e estradas municipais, estaduais ou federais, os responsáveis poderão ser autuados e multados. A autuação confere ao responsável 15 dias para apresentar defesa e eliminar as plantas. Caso o problema não seja resolvido neste período, a medida é a aplicação de multa, que pode variar de R\$ 220 a R\$ 12 mil, de acordo com atenuantes e agravantes. Os casos mais graves podem levar até mesmo à interdição da propriedade rural e à proibição de acesso ao crédito rural.

A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) conta com a contribuição dos Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária (CSAs), e da assistência técnica, para alertar e orientar produtores sobre a importância de cumprir as normas do vazio sanitário da soja.

A medida sanitária vem sendo adotada em 11 estados produtores de soja (Paraná, Tocantins, Maranhão, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina).

O País sem o MST

Por Xico Graziano

Noutro dia, em seminário do PT na Bahia, Lula alisava seu egopolítico quando lançou um enigma: “Eu fico pensando o que seria o Brasil se não fosse o MST”. A resposta me brotou fácil: haveria mais prosperidade e paz no campo.



Noutro dia, em seminário do PT na Bahia, Lula alisava seu ego político quando lançou um enigma: “Eu fico pensando o que seria o Brasil se não fosse o MST”. A resposta me brotou fácil: haveria mais prosperidade e paz no campo.

Explico porquê.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) originou-se em 1979, motivado pela luta agrária dos colonos gaúchos nos municípios de Ronda Alta e Sarandi. O regime militar, que comandava o País na época, tentou dismantelar, pelas mãos do famigerado coronel Curió, aquela inquietação camponesa. Ao contrário, porém, sustentado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e apoiado por líderes da oposição democrática, o episódio prosperou, agigantando-se o acampamento de sem-terra.

Cinco anos depois, 8 mil pessoas invadiram a Fazenda Annoni, demonstrando uma ousadia que, de pronto, ganhou a simpatia da opinião pública. O sucesso da empreitada guindou a nova organização à liderança da ação “antilatfundária” no campo. Seu antípoda, criado no debate da Constituinte, era a União Democrática Ruralista (UDR). Seu rival “interno”, de quem procurou sempre se diferenciar, era a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), considerada “pelega” pela esquerda de então. A sociedade em mudança adotou o MST.

Assim, no estrebuchar da ditadura, renascia no País a tese da reforma agrária. Agora, porém, a causa vinha despida de sua lógica econômica, conforme fora idealizada nos anos 60, para se carregar de conteúdo social. Com a bênção da Teologia da Libertação,

um pedaço de terra redimiria os excluídos do campo. Nascia uma utopia agrária.

Ruíra em 1989 o Muro de Berlim. Por aqui, findos os anos de chumbo, avançava a redemocratização. Simultaneamente, avançava a modernização capitalista da agricultura, modificando a dinâmica do agro; antigos latifúndios viravam empresas rurais. Mais à frente, o Plano Real retirou da terra ociosa seu ganho especulativo, empurrando-a para a produção. Começava o império da tecnologia na agropecuária brasileira.

Nesse caminhar da História, a bandeira revolucionária do MST começou a perder seu brilho. Foi então que a organização decidiu, em 1995, mudar sua estratégia, partindo para o confronto direto com os fazendeiros do País: invadiu a Fazenda Aliança, situada em Pedra Preta (MT). Pertencente a um conceituado líder ruralista, a propriedade mantinha excelente rebanho, elevado rendimento, 29 casas de alvenaria, 160 quilômetros de cercas, 21 empregados registrados, reserva florestal intacta. Um brinco produtivo.

Acabou nesse momento o MST “do bem”. Inaugurando a fase ulterior da crise agrária, as invasões de propriedades tomaram conta do Brasil, avançando especialmente contra as pastagens de gado. Incontáveis “movimentos” surgiram alhures, arrebentando cercas, roubando gado, fazendo “justiça” com as próprias mãos. Verdadeiras quadrilhas disfarçaram-se de pobres coitados e saquearam regiões, como no sul do Pará. Banditismo rural.

O MST militarizou-se. Seus quadros passaram

a fazer treinamento centralizado, o comando definiu regras de comportamento e seleção. Centros passaram a oferecer cursos de capacitação, baseados na cartilha básica intitulada Como Organizar a Massa. Doutrinação pura. Nascido como “movimento social”, o MST transformou-se em rígida organização, adentrando a cidade. Recrutando miseráveis urbanos, montou uma “fábrica de sem-terra” no País. Nunca mais a reforma agrária encontrou seu eixo.

Como teria sido a reforma agrária sem o terrorismo das invasões de terras?

Primeiro, seria certamente um programa mais bem planejado, articulado, e não um remendo açodado para resolver conflitos. Não trombaria com a agronomia nem com a ecologia, projetando assentamentos tecnicamente viáveis. Não faria da reforma agrária um foco de devastação ambiental, conforme se verifica em toda a Amazônia. Não confundiria remanescentes florestais com terra inculta, promovendo uma infeliz união da miséria com a depredação ecológica, como, entre tantos exemplos, provam a Fazenda Zabelê, no litoral de Touros (RN), ou a Fazenda Araupel, em Rio Bonito do Iguçu (PR).

Segundo, os beneficiários da reforma teriam aptidão reconhecida para a lide rural, jovens habilitados, filhos de agricultores familiares, jamais viriam dos excluídos da cidade. O vestibular da terra seria a capacitação, nunca a invasão. Os assentamentos rurais estariam baseados na produção tecnológica, integrada ao circuito de mercado, nunca firmada na roça de subsistência, isolada. Os novos



produtores se emancipariam, seriam titulados, e não, como ocorre hoje, se tornariam subservientes ao poder.

Terceiro, e em decorrência dos anteriores, a reforma agrária seria menor em tamanho, porém muito maior em qualidade. Geraria produção e renda. Daria à sociedade retorno do investimento público. Hoje, acreditem, nem se avalia o custo-benefício dos assentamentos. Nunca se mediu sequer a produção agropecuária advinda das áreas reformadas no Brasil, que atingem 90 milhões de hectares, envolvendo 1,2 milhão de assentados. Ninguém sabe quanto nem o que produzem.

Conclusão: o distributivismo agrário resultou na mais onerosa e fracassada política social da História brasileira. Para se ter uma ideia, o custo médio de cada assentado beira os R\$ 100 mil, valor que manteria uma família durante 13 anos recebendo um salário mínimo mensal. Com uma agravante: pelas mãos raivosas dos invasores de terra se criou no País um foco contínuo de encrenca, antipatias, inimizades. Cizânia agrária.

O que seria do Brasil se não fosse o MST? Respondo ao Lula, tranquilamente: mais produtivo e fraterno no campo.



- Xico Graziano é agrônomo, foi secretário de agricultura e secretário do meio ambiente do estado de São Paulo. E-mail: xicograziano@terra.com.br.
- Texto publicado em "O Estado de São Paulo" (06.08.2013) e no site <http://www.xicograziano.com.br/artigos/integra/1065>

Incra, o maior desmatador da Amazônia



A colunista Mônica Bérnago, da Folha de São Paulo, revelou a assinatura de um acordo entre o Ministério Público Federal e o Incra. Motivo: o órgão destinado a cadastrar os imóveis rurais do País é apontado como o maior responsável pelos desmatamentos da Amazônia. **Veja os detalhes:**

Acusado em 2012 de ser o maior desmatador da Amazônia, o Incra assinou um acordo com o Ministério Público Federal se comprometendo a baixar em 80%, até 2020, os índices de derrubada de florestas em assentamentos de reforma agrária. Em troca, serão extintas sete ações ajuizadas pelo MPF na Justiça pedindo a condenação do órgão por danos ambientais.

ASSISTÊNCIA

O Incra está se comprometendo, entre outras coisas, a apresentar em 120 dias uma base de dados georreferenciada com a exata localização dos assentamentos na Amazônia Legal. Deve dizer quais já têm licenciamento ambiental. Terá que apresentar relatório trimestral do desmatamento nessas localidades e também providenciar assistência técnica aos assentados.

DOIS EM UM

No ano passado, o Incra foi apontado como responsável por 30% de todo o desmatamento verificado em 2010. Em 2004, esse índice era de 18%. Das sete ações ajuizadas pelo MPF, já tinha sido condenado em três. A procuradoria diz que, além de diminuir a devastação, a ideia é fortalecer a reforma agrária no país.

Negócios rurais

BRDE e CEF oferecem crédito aos produtores



O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) oferece várias linhas de financiamento na área rural, como a aquisição de tratores, colheitadeiras, implementos, sistema de irrigação. As taxas de juros estão a partir de 3,5% ao ano e o prazo de pagamento é de até 120 meses, incluindo carência de até 24 meses. Projetos que envolvem inovação tecnológica, serviços de agricultura de precisão, máquinas e equipamentos para automação e adequação de instalações nos segmentos de avicultura, suinocultura e pecuária de leite; programas de computadores para gestão, monitoramento ou automação; consultorias para capacitação técnica e gerencial; aquisição de material genético provenientes de doadores com certificado a taxa de juros também começa em 3,5% ao ano, oferece prazo de até 120 meses de amortização, com até 36 meses de carência.

Mas se o negócio é a construção e ampliação de armazéns, a taxa é de 3,5% ao ano com prazo de até 180 meses para pagar, incluindo até 36 meses de carência. Em relação ao reflorestamento, sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta, recuperação de pastagens e recomposição de APP e RL, a taxa de juros fica em 5% ao ano e o prazo de pagamento é de 96 a 144 meses, incluindo carência de 36 a 96 meses, dependendo do projeto. Para os empreendimentos de aquicultura, apicultura, pesca, suinocultura, floricultura,



hortifruticultura, ovinocaprinocultura, pecuária leiteira e recuperação de solo, a taxa de juros é de 5,5% ao ano e o prazo de amortização é de até 120 meses, incluindo até 36 meses de carência.

Aos produtores que se enquadram no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), a taxa é de 4,5% ao ano e o prazo chega a até 96 meses, incluindo carência de até 36 meses; já para os atendidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), as taxas giram entre 1% a 2% ao anos e os prazos são variados.

Mais informações pelo site www.brde.com.br.

A CEF no pedaço

A Caixa Econômica Federal anunciou no mês passado que vai destinar cerca de R\$ 3,7 bilhões para o crédito rural na safra 2013/2014. Os recursos são destinados a custeio agrícola, pecuário e investimentos em máquinas, equipamentos, aquisição de animais e projetos de infraestrutura rural. Segundo a gerente Regina Baduy Machado Trevisan, de Curitiba, cerca de 1.000 agências operam o crédito rural em todo o país.

Mais informações no site www.creditoruralcaixa.com.br.

Licenciamento inoportuno

No fim de 2012, o Conselho Nacional de Trânsito (Contran), de forma soturna e intempestiva, baixou portaria exigindo o licenciamento de Máquinas Agrícolas no Registro Nacional de Veículos Automotores



No fim de 2012, o Conselho Nacional de Trânsito (Contran), de forma soturna e intempestiva, baixou portaria exigindo o licenciamento de Máquinas Agrícolas no Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam). A determinação deveria entrar em vigor em 1º de agosto último, mas, da mesma forma como instituiu a medida, o órgão federal voltou atrás. Ela só passará a valer em dezembro de 2014. Portanto, está suspensa a obrigatoriedade do licenciamento de tratores no sistema do Renavam, que atingia produtores rurais.

Por que o Contran baixou há oito meses uma portaria e agora adia sua efetividade para o fim do ano que vem? O único fato cristalino nesse imbróglio é que o agronegócio brasileiro está a caminho de ter ainda mais onerada sua atividade. Para cultivar grãos e fibras, utiliza grande frota de tratores. Com a obrigatoriedade do licenciamento, o Contran quer ampliar a base de receita, criando mais um encargo tributário, engrossando pesada lista ante o Fisco, que compromete mais de 36% a renda bruta dos fazendeiros.

Mesmo com o adiamento da exigência, há no campo forte inconformismo dos proprietários de máquinas agrícolas. Licenciá-las confinadas nas propriedades é tido por eles como absurdo, pois, hoje, para tê-las, muitos ruralistas precisam investir em segurança para enfrentar quadrilhas especializadas no roubo desses equipamentos. Eles são geralmente levados para os países vizinhos, como Bolívia e Paraguai, ou desmanchados aqui mesmo. Ora, em vez de exigir licenciamento das máquinas agrícolas, o governo deveria retirar todos os tributos sobre elas, independentemente da extensão da propriedade. A desoneração englobaria, além do trator novo, peças de reposição, pneus, combustível e lubrificantes.

Estados como São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Goiás, Bahia e Paraná não tiveram governos e proprietários rurais ouvidos sobre a iniciativa. Como a exigência foi baixada no fim de 2012, aparentemente não encontrou resistência das entidades que falam pelos que respondem por boa parte do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Urge, portanto, que os produtores rurais cobrem dos senadores e deputados federais dos respectivos estados ações para extinguir no nascedouro a portaria que criou o registro do licenciamento no Renavam.

A decisão do Contran não tem nada a ver com a segurança no trânsito - nas fazendas isso não há. Tampouco o dinheiro a ser arrecadado com a medida seria empregado no combate ao roubo de máquinas. Para comprar um trator, o fazendeiro paga um rol considerável de impostos. Que a exigência desse licenciamento repouse eternamente no limbo depois de dezembro de 2014. Implementá-lo seria mais uma injustiça.

Editorial do “Correio Braziliense”, em 05.08.2013

A FAEP manifestou em diversas oportunidades sua contrariedade sobre a questão do licenciamento e emplacamento de veículos utilizados no meio rural.

O Porto vai a Campo Grande (MS)

As estratégias portuárias para a próxima safra



No início deste mês, em Campo Grande (MS), representantes do governo paranaense ligados ao setor de infraestrutura participaram de uma reunião com o governador André Puccinelli e lideranças da Federação da Agricultura do Mato Grosso do Sul (Famasul).

O objetivo foi relatar as atividades, os projetos e preparar com antecedência a logística do escoamento da safra pelo Porto de Paranaguá. O engenheiro agrônomo Nilson Hanke Camargo, do Departamento Técnico Econômico da FAEP, responsável pela análise das questões logísticas, representou a entidade.

“A maior parte da nossa safra é escoada pelo Porto de Paranaguá, por isto esta reunião é estratégica”, disse o governador Puccinelli. Segundo ele, a integração não deve se prender apenas à consecução de ferrovias, mas sim a toda logística. “Para o que for colocado no frete FOB (Free on Board), as nossas commodities embarquem com menos custo de chegada”, explicou.

De acordo com superintendente da Administração do Porto de Paranaguá e Antonina (Appa), Luiz Henrique Dividino, o porto tem como meta reduzir as filas de acesso ao porto em 35% nos próximos seis meses; reduzir o prêmio negativo ao produtor (deságio que o preço da saca de grãos sofre ao embarcar relacionado com a cotação da soja na Bolsa de Chicago); abrir novos espaços para transferência de cargas; licitar novos terminais portuários em 2013 e estabelecer terminais privados no Paraná até 2016/17, entre outras medidas.

Presente ao encontro, o secretário estadual de Infraestrutura e Logística, José (Pepe) Richa Filho anunciou que a Ferroeste já tem autorização para subconceder a operação de transporte de grãos e abordou a questão da ligação ferroviária entre Maracajú (MS) e Paranaguá.

186,15 milhões de toneladas de grãos

No seu décimo primeiro levantamento, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) atualizou os números da safra nacional de grãos do período 2012/2013. Ela deve atingir 186,15 milhões de toneladas devido às culturas de soja e milho segunda safra, que apresentam crescimento nas áreas cultivadas de 10,7 e 17,6%, respectivamente. A soja teve aumento expressivo, com incremento de 22,7%, passando de 66,38 para 81,46 milhões de toneladas. Já o milho 2ª safra teve um crescimento de 15,4% e produção estimada em 45,14 milhões de toneladas. O total da área cultivada chega a 53,27 milhões de hectares (soja com 27,72 milhões de hectares e milho 2ª safra com 8,96 milhões de hectares).

O “homem das árvores”

Texto e fotos – Osvaldo Petrin



Na pequena Jaboti, no norte pioneiro, o empresário Luiz Ribeiro Castro de Carvalho, 79 anos, recebeu dois apelidos: o “Luizão da Reserva” e o “Homem das Árvores”, justificáveis porque durante boa parte de sua vida plantou uma árvore todos os dias. Esse comportamento lhe rendeu inclusive uma matéria na revista “Veja”, no final da década de 70, com elogios ao seu exemplo, algo que congestionou sua caixa de correspondência com mais de 300 cartas de todo o País.

Com a calma e o jeito dos mineiros, ele cultiva gestos reverenciais em relação às centenas de árvores plantadas, que dão sombra e compõem o verde cenário da sua fazenda Ásia Menor. Seu amor às árvores é referência nas escolas, onde é

festejado pelas crianças.

Cedros, jacarandás, paineiras e jatobás e outras 300 espécies nativas escondem a passareda, responsáveis ao amanhecer e ao entardecer por uma sinfonia escandalosa. O que Luizão construiu foi transformado em 1997 na terceira Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) do Paraná. Essas reservas são unidades de conservação da natureza doadas de forma espontânea pelo dono do espaço, para usufruto da comunidade. São 222 reservas no Paraná num total de 52 mil hectares preservados.

Caprichos da natureza são usados pelo versátil Luizão para dar forma à imagens e objetos a partir de “nós”, forquilhas

retorcidas e outras “deformações” que parecem feitas por encomenda. Troncos lhe instigam a imaginação para transformá-los em alguma coisa interessante, como réplica de capelas da região ou simples adornos. Divide o tempo entre cuidar do ambiente e esculpir. O barulho da “oficina”, como prefere chamar, rompe o silêncio da redondeza toda vez que o “artesão da mata” resolve trabalhar noite adentro.

Luizão, em 1961, deixou Minas e tomou o rumo do norte paranaense, onde o café exercia uma atração irresistível a imigrantes paulistas e mineiros, principalmente. Embarcou num poderoso Jeep Willys Overland, de saudosa memória, trazendo entre sua mala e cuia um broto de cedro, origem do santuário de árvores da sua propriedade.

Foi prefeito de Jaboti entre 1993 e 1996, sofrendo os efeitos da transição dos planos econômicos – os que não deram certo e os ensaios para Plano Real. “Não coloquei placas em obras ou em qualquer outra iniciativa da prefeitura”, conta, “mas o que foi feito está servindo”. Sua trajetória como preservacionista, de amor à natureza na pequena Jaboti e a breve passagem na política está sendo contada pela professora Marlene Jassek de Oliveira em um livro. O título? “Simplesmente Luizão”.



Dona Ivone e Luizão



Em Jaboti (4.586 habitantes IBGE 2010), região Norte do Estado, a 180 km de Londrina, a principal atividade é a agricultura. Inicialmente, o lugar pertencia a uma fazenda chamada Jaboticabal, que serviu de base para o nome do povoado que nascia na região. Porém, essa denominação acabou sendo substituída por Carlópolis, que também não vingou entre a população jabotiense. Assim, o povoado resolveu chamar a localidade de Jaboti.



Os segredos fora da porteira

FAEP promove seminário sobre a comercialização da safra



Some-se os custos de plantio, tratos culturais, produtividade, clima, colheita, armazenamento, logística e se chega ao custo aproximado da produção. A etapa seguinte e tão importante quanto estas é a comercialização ditada pelo “senhor mercado” cuja essência se resume em duas palavras: oferta e demanda (ou procura), que estabelece os preços. No caso das commodities agrícolas, como a soja e o milho, fixados pela Bolsa de Chicago. Para completar há os componentes subjetivos como a ambição, pretensão e equilíbrio nas decisões que são características pessoais de quem está nesse xadrez.

Durante a semana de 05 a 09 deste mês, os “segredos fora da porteira” foram analisados e discutidos, muitas vezes com

choque de opiniões, nas principais regiões do Paraná. Começou em Ponta Grossa, seguiu para Guarapuava e sucessivamente Pato Branco, Cascavel, Campo Mourão, Umuarama, Maringá, Londrina, Cornélio Procópio e finalmente Arapoti.

Diante de líderes sindicais, lideranças rurais, de cooperativas e produtores, o consultor internacional em commodities, investimentos e economia e diretor de Novos Negócios da Futures International, Pedro H. Dejneka, avaliou o “doutor mercado”. As questões do seguro rural e a logística no Estado ficaram por conta do coordenador do Departamento Técnico Econômico (DTE), Pedro Loyola, e do engenheiro agrônomo, Nilson Hanke Camargo, também do DTE/FAEP, respectivamente.

Ao contrário do velho ditado em que “opinião não se discute” os pontos de vista de Dejneka, que acompanha de perto a Bolsa de Chicago, cidade onde mora, foram discutidos, e bem discutidos.

“É importante que o produtor entenda que a demanda por grãos não vai cair, e sim os preços, devido ao grande volume de produção mundial. Por isso ele deve ficar atento para os repiques de preço, que devem acontecer até outubro quando começa a colheita de milho nos Estados Unidos. Buscar boas negociações e vender nesses períodos”, recomendou.

“O mercado não é lógico, sendo assim o produtor não deve se deixar levar pelo que ouve na mídia ou por opiniões que vem ao encontro daquilo que ele quer ouvir. É preciso entender que percepções se tornam realidade nos mercados e nem sempre o mer-

cado se movimenta como a gente quer”, ponderou. Dejneka estimou safras históricas de milho nos Estados Unidos e nos estoques mundiais de grãos, o que fatalmente influenciará os preços.

Para o analista, os produtores brasileiros deverão ver, em dois ou três meses, os preços do bushel (27,2155 kg) de soja baixarem a menos de 10 dólares. “A única alternativa, se não houver uma reversão do mercado - pois existe a possibilidade de ocorrerem geadas em novembro em algumas regiões produtivas de milho nos EUA – é aproveitar as oscilações positivas e vender ou travar o custo”, aconselhou.

Ele recomenda ao agricultor adotar uma visão sistêmica do mercado, observando o que acontece no mundo que pode influenciar sua produção e comercialização. O crescimento ou encolhimento da economia chinesa, por exemplo.



Opinião

José Aroldo Gallassini,
presidente Coamo

“Ele é um profissional importante, guardadas as devidas proporções, mas o produtor brasileiro não está acostumado com a linguagem usada. Sobre as previsões de preços o que o produtor deve fazer é ficar de olho nos seus custos e vender aos poucos. Nós já passamos da fase da frustração da safra americana e já tivemos o nosso bom momento de comercialização.

Se tudo ocorrer da melhor forma: se a safra de milho dos Estados Unidos for grande, se as safras de soja, no Brasil e na Argentina, forem excelentes teremos uma grande produção e uma queda nas cotações. Mas se a soja se mantiver em R\$ 55,00 a saca o produtor ainda terá uma boa rentabilidade, mas ele deve cuidar dos custos. Na Coamo, o custo direto (da semente a colheita) está para soja em R\$ 22,75 contando todos os insumos. Mas o produtor ainda tem que computar: o custo do arrendamento (se for caso); os investimentos que fez em maquinários; a securitização e dívidas antigas e o juro da terra. Já o caso do milho na Coamo o custo direto por saca é de R\$14,00 como a cotação está em torno de R\$ 16,00 o produtor vai amargar um período de baixa rentabilidade, mas mesmo assim ainda vale a pena fazer a rotação de cultura para diminuir a incidência de pragas e doenças na cultura da soja”.

Luiz Claudio Pessa Teodoro de Oliveira,
produtor de grãos em 900 hectares na região de Campo Mourão.

“A palestra foi boa, mas as previsões são assustadoras, acho que ele foi muito pessimista. Ele não está considerando a possibilidade de seca no sul da América do Sul, isso também pode alterar o mercado. Ele está considerando só fatores de mercado e não de clima. A safra dos americanos está atrasada em um mês, isso ele não falou na palestra. Se você tem contratos precisa cumprilos no prazo”.

Victor Hugo Salvadori,
tem propriedades no PR, MT e MS – total 1,8 mil hectares.

“As previsões assustam. O que vou fazer para diminuir as perdas é travar os custos e atrasar todas as contas do ano que vem.

Acho que consigo vender 40% da próxima safra e quitar os compromissos. O resto da produção vou segurar no armazém.

Mauro Calvas Carneiro,
de Campo Mourão com 871 hectares de grãos.

“Hoje o produtor tem muitas formas de obter informações, eu já estava preparado. Vou procurar travar o preço e fazer contratos futuros com a safra de 2014. Como tenho armazém consigo segurar a safra”.

Valdir João Biffe,
Engenheiro Beltrão 242 hectares.

“Não era o que a gente queria ouvir. Mas sobre as previsões eu já tinha algumas informações do meu filho que acompanha tudo pela internet e através da cooperativa e do próprio Canal Rural.

Walter Ferreira Lima,
presidente do sindicato Rural de Centenário do Sul e da comissão técnica de Café da FAEP

“Tudo que sobe, um dia tem que descer não é mesmo? Mas com essa queda na cotação dos grãos o Brasil vai mostrar a sua verdadeira cara: fretes altos, falta de logística, custo alto. Quais as políticas públicas que estão sendo implementadas para manter a sustentabilidade da economia?”

Edilson Gorte, da Região dos Campos Gerais,
planta grãos área de 2,3 mil hectares nos municípios de Ponta Grossa e Palmeira

“Nossa atividade é suscetível ao clima, às medidas do governo, a produtividade, ao consumo, enfim é difícil fazer uma análise e só com informação e um pouco de frieza para conseguir fazer as melhores opções”.

Peter Greidanus
de Castro

“A gente não tem que querer ouvir só o que nos favorece. Temos que saber a realidade e conhecer as tendências do mercado, ter o pé no chão para tomar as melhores decisões. Foi duro, mas necessário”.



José Aroldo Galassini, presidente da COAMO



Ponta Grossa - PR



Ponta Grossa - PR



Ponta Grossa - PR



Guarapuava - PR



Guarapuava - PR



Guarapuava - PR



Guarapuava - PR



Pato Branco - PR



Pato Branco - PR



Pato Branco - PR



Cascavel - PR



Cascavel - PR



Cascavel - PR



Cascavel - PR



Cascavel - PR

A desventura americana em 2012 e a incerteza brasileira em 2013

Por Gilda Bozza, economista do DTE/FAEP



Em 2012 os preços internacionais das commodities agrícolas experimentaram volatilidade, haja vista dois momentos: a situação econômica mundial, com a crise europeia que não apontava maior otimismo, e a partir de junho a entrada em ação no mercado do clima, quando a tônica foram as condições climáticas nos Estados Unidos sobrepondo-se aos fatores financeiros e fundamentais (oferta, demanda e estoques).

Paralelamente, do lado fundamental, tinha-se um quadro de oferta apertada e estoques baixos, decorrente da quebra de safra na América do Sul e Estados Unidos, com redução da safra de soja e milho por problemas climáticos (estiagem).

A verdade é que os Estados Unidos enfrentaram a pior seca em 25 anos, a quebra de safra fez os Estados Unidos cederem a posição de primeiro produtor e exportador mundial de soja para o Brasil.

Com a quebra da safra paranaense de soja, de 3,35 milhões de toneladas e um prejuízo financeiro de R\$ 2,59 bilhões, a safra seria de dificuldades para os produtores. Ocorre que com as perdas de soja no Brasil e na Argentina, e consequentemente a safra mundial reduzida para 268,02 milhões de toneladas, os

preços na Bolsa de Chicago começaram a reagir. A produção dos Estados Unidos na safra 2012/13 foi de 82,06 milhões de toneladas e para a safra 2013/14 a estimativa do USDA é de 93,08 milhões de toneladas, ou seja 11 milhões de toneladas a mais.

Já no caso do milho, a produção norte-americana caiu para 273,83 milhões de toneladas e a previsão para 2013/14 é de 354,35 milhões de toneladas (80 milhões de toneladas superior). A desventura dos norte-americanos transformou-se em oportunidade de negócio para o Brasil, abrindo uma janela de mercado nas exportações do grão.

Face ao exposto, o cenário das commodities em 2013 é diferente, porquanto os Estados Unidos sinalizam com safra cheia na soja e no milho. Com isso, a entrada de grande volume no mercado global poderá levar a uma queda nos preços, conforme o relatório mensal de julho do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), que aponta preços para 2013 entre US\$ 9,75 a US\$ 11,75 por bushel, equivalente a US\$ 21,49 a US\$ 25,90 por saca, respectivamente. Hoje, o preço na Bolsa de Chicago é de US\$ 13,27 por bushel, correspondente a US\$ 29,27 por saca.

Stephanes: retomada de obras e redução do pedágio

No G7 a infraestrutura e logística do Estado



“Há uma determinação de governo pela retomada das obras, inclusive com a duplicação do Anel de Integração e a redução de pedágio até 2014. Tudo isto, sem deixar uma conta para outras gestões, como aconteceu ao assumirmos o governo”, disse o secretário da Casa Civil, Reinhold Stephanes.

O diretor financeiro do Sistema FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia e o assessor da presidência Carlos Augusto C. Albuquerque, na quarta-feira, dia 7, representaram a FAEP, na reunião do chamado Grupo G7, atualmente presidido por João Paulo Koslovski, presidente da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar). O objetivo foi discutir a infraestrutura, logística e os pedágios no Paraná com os secretários os secretários Reinhold Stephanes, da Casa Civil, José Richa Filho, de Infraestrutura e Logística, e Norberto Ortigara, da Agricultura e do Abastecimento e outros técnicos..

Durante o encontro, Richa Filho disse que o governo está conseguindo obter avanços na retomada das obras (R\$ 1,5 bilhão em investimentos) e está negociando com as concessionárias de pedágio no Paraná um possível acordo em relação ao valor cobrado nas tarifas. “Buscamos o caminho do franco diálogo, não só com as empresas que administram as rodovias, mas com a sociedade civil,



e esta reunião é um passo importante que deverá ter continuidade com novos encontros”, afirmou.

Na reunião, o diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER-PR), Nelson Leal Junior e o diretor-presidente da Agência Reguladora do Paraná (Agepar), Antonio José Correia Ribas, mostraram o histórico das concessões da Econorte, Ecovias, Caminhos do Paraná, Viapar, Ecocataratas e Rodonorte. Um dos pontos abordado foi a alteração do plano de obras do contrato original de 1997, provocado pelos aditivos de 2000 e 2002.

As duas mudanças foram feitas para readequar os contratos das seis concessionárias por causa da redução unilateral dos valores de pedágio em 1998. Na época, 1988 foram retiradas obras permitindo a queda de 50% do valor da tarifa. Dois anos depois, houve uma adequação dos contratos, mas não houve a inclusão de obras.

Em 2002 foram feitas novas mudanças retirando algumas obras, incluindo outras do contrato original, mas para serem executadas no fim da concessão. Em 2008, foram feitos mais quatro ajustes, que também resultaram em mais retiradas de obras. Tudo isso somou-se à falta de fiscalização dos trabalhos de conservação,

na última década. Estas alterações no cronograma de obras resultaram na retirada de 487 quilômetros dos 885 quilômetros de duplicações, terceiras faixas e marginais previstas no contrato original.

Um exemplo é o trecho entre Cascavel e Foz de Iguaçu, retirado em 2007, para promover a redução tarifária de 30% da concessionária Ecocataratas. Nessa mesma linha também foram retiradas as obras futuras da concessionária Caminhos do Paraná.

A atual gestão já conseguiu incluir a duplicação entre Foz e Cascavel, que vem sendo feito em etapas desde 2012. A meta é duplicar todo o trecho, sem que haja reflexo na tarifa. “Para isto, o governo está tendo como base a resolução do Tribunal de Contas da União, que permite a inclusão de obra, com taxa interna de retorno de mercado”, disse Nelson Leal Junior.

Segundo os relatos no encontro, estão em andamento as obras do Contorno de Mandaguari, duplicação entre Jandaia do Sul/ Apucarana, duplicação Medianeira/Matelândia, Contorno de Campo Largo e a duplicação entre Cambé e Warta, na PR 445. Em setembro, vai começar a duplicação da Rodovia do Café, nos trechos de Ponta Grossa a ponte do rio Tibagi e também entre Apucarana e Califórnia.

Quem esteve no encontro

Além dos representantes da FAEP, estiveram no encontro do G7: Os secretários de Estado da Casa Civil, Reinhold Stephanes, de Infraestrutura e Logística, José Richa Filho, e da Agricultura e do Abastecimento, Norberto Ortigara; o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski; o presidente da Federação do Comércio do Estado do Paraná (Fecomércio), Darci Piana; da Associação Comercial do Paraná (ACP), Edson Ramon; da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná (Fetranspar), Sérgio Malucelli; da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (Faciap), Rainer Zielasko; da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Edson Campagnolo.

Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado do Paraná - CONSECANA-PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 05 - SAFRA 2013/2014

Os Conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 25 de julho de 2013 na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em julho de 2013 e a projeção atualizada do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2013/2014, que passam a vigorar a partir de 1º de agosto de 2013. Os preços médios do Kg do ATR, por produto, obtidos no mês de julho de 2013 conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM JULHO 2013/2014 | SAFRA 2013/2014 - PREÇOS EM REAIS À VISTA

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	2,70%	32,69	1,40%	36,51
AME	57,52%	42,32	44,91%	42,80
EAC - ME	2,23%	1.368,10	4,30%	1.362,89
EAC - MI	13,12%	1.311,68	16,26%	1.345,46
EA-of	0,06%	1.380,00	0,09%	1.394,88
EHC - ME	0,00%	-	4,75%	1.196,79
EHC - MI	23,76%	1.136,10	27,80%	1.170,94
EH-of	0,61%	1.178,35	0,50%	1.199,11

Obs: 1) EAC - ME+MI+of 15,41% 1.320,12 20,64% 1.349,29
EHC - ME+MI+of 24,37% 1.137,16 33,05% 1.175,08

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	2,70%	0,3707	1,40%	0,4140
AME	57,52%	0,4818	44,91%	0,4872
EAC - ME	2,23%	0,4813	4,30%	0,4795
EAC - MI	13,12%	0,4615	16,26%	0,4734
EA-of	0,06%	0,4855	0,09%	0,4907
EHC - ME	0,00%	-	4,75%	0,4394
EHC - MI	23,76%	0,4171	27,80%	0,4299
EH-of	0,61%	0,4327	0,50%	0,4403
Média		0,4605		0,4652

Obs: 1) EAC - ME+MI+of 15,41% 0,4644 20,64% 0,4747
EHC - ME+MI+of 24,37% 0,4175 33,05% 0,4315

PROJEÇÃO DE PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO ESTADO DO PARANÁ - SAFRA 2013/2014 - PREÇOS EM REAIS À VISTA

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

Produtos	MIX	Média
AMI	0,84%	38,45
AME	55,41%	43,04
EAC - ME	1,53%	1.368,08
EAC - MI	12,64%	1.242,47
EA-of	0,03%	1.394,88
EHC - ME	3,51%	1.226,62
EHC - MI	25,90%	1.063,64
EH-of	0,15%	1.199,11

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	MIX	Média
AMI	0,84%	0,4360
AME	55,41%	0,4899
EAC - ME	1,53%	0,4813
EAC - MI	12,64%	0,4371
EA-of	0,03%	0,4907
EHC - ME	3,51%	0,4504
EHC - MI	25,90%	0,3905
EH-of	0,15%	0,4403
Média		0,4555

PREÇO FINAL DA CANA BÁSICA R\$/TON

121,9676 Kg ATR

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	49,74	55,56
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	49,74	55,56

Maringá, 25 de julho de 2013.

PAULO ROBERTO MISQUEVIS | Presidente
ANA THEREZA DA COSTA RIBEIRO | Vice-Presidente



De:
Maria da Sé Savero Pernomiam
Para:
Dilma Rousseff

Eu não acredito ter ouvido a Presidente Dilma Rousseff dizer que vai trazer médicos do exterior para resolver o problema da saúde no Brasil.

Não precisamos de médicos do exterior. Precisamos sim que nossos profissionais sejam melhor remunerados para realizarem um bom atendimento e que se faça investimento em infraestrutura, hospitais, laboratórios etc., para que nossos médicos possam trabalhar com dignidade.

Como atender bem em corredores com doentes espalhados ou deitados até em papelão?

E a educação? Meu Deus, como aceitar que os professores, que são responsáveis pelo futuro de nossas crianças, ganhem tão pouco!...

E as escolas? A maioria caindo aos pedaços, quando existe escola suficiente para abrigar tantas crianças, futuros cidadãos do Brasil.

A segurança então nem sei o que dizer. Nossos policiais às vezes acabam sendo subornados por incompetência ou também pelos baixos salários que recebem.

Será que a Sra. Presidente já pensou que o salário mínimo não paga sequer uma diária dos hotéis usados pelos políticos e que a maioria dos brasileiros tem que sobreviver durante um mês com esse salário?...

E a agricultura e a pecuária? Não se aguenta mais tantos impostos que deveriam servir para melhorar as estradas e para investimentos em terras degradadas que produzam mais. A Senhora já pensou: e se os agricultores se mobilizarem, resolvendo ficar uma safra sem produzir? Já pensou se os caminhoneiros resolverem ficar 15 dias sem trabalhar? Será o fim do nosso querido Brasil.

A Senhora nunca pensou em mudar a carga tributária para um Imposto Único?

Todos pagariam e nós saberíamos onde e quanto estaríamos pagando. Tenho certeza que resolveria a falta de empregos e não haveria necessidade desta esmola que a senhora faz aos mais necessitados como a cesta básica e o Bolsa Família, pois todos teriam oportunidade de trabalho e estariam comprando o que realmente necessitam.

E a corrupção? Meu Deus o que é isto?!...

Um dia eu ouvi a Senhora dizer que o "Papa é Argentino mas Deus é brasileiro". Deve ser isso que realmente mantém o Brasil em pé. Só Deus poderá nos ajudar neste momento.

Que Deus nos ilumine e à senhora também!...

Uma brasileira desesperada e confiante em soluções.

Maria da Sé Savero Pernomiam, agricultora e pecuarista
 Cidade Gaúcha - PR

RIBEIRÃO DO PINHAL



JAA

O Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal em parceria com SENAR-PR organizou mais uma turma do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), com alunos do 2º grau do Colégio Estadual Hermínia Lupion. Os jovens estão sendo orientados pela instrutora Bianca Choeire de Proença.

GOIOERÊ



JAA

Na sua extensão de base em Quarto Centenário, o Sindicato Rural de Goioerê organizou o encerramento do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) com uma visita ao Hospital Veterinário da Unipar, em Umuarama, e ao campus sede da Unipar marcou o final do curso. O evento aconteceu dia 11 de julho e reuniu as três turmas de jovens que são moradores do Distrito de Bandeirantes do Oeste e do município de Quarto Centenário. A instrutora dos grupos foi Heloisa Cristina Torqueti Gavioli.

CORNÉLIO PROCÓPIO



Aplicação de agrotóxicos

Na primeira quinzena de julho, o Sindicato Rural de Cornélio Procópio promoveu o curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos - tratorizado de barras, NR 31. Participaram do treinamento 11 produtores e trabalhadores rurais com o instrutor Paulo Arrabal Arias.

RONDON



Temperos e conservas

O Sindicato Rural de Rondon realizou o curso Produção Artesanal de Alimentos - conservação de frutas e hortaliças - conservas molhos e temperos nos dias 15 e 16 de julho. Participaram 12 produtoras rurais que estiveram com a instrutora Renata Andrade de Sá.

CIANORTE



Mandioca

De 11 a 12 de julho o Sindicato Rural de Cianorte realizou em parceria com a Prefeitura de São Manoel do Paraná o curso de produção Artesanal de Alimentos – básico em Mandioca. A instrutora do grupo de 17 produtoras rurais e merendeiras das escolas municipais e estaduais foi Renata Andrade de Sá.

CERRO AZUL



Geleias e doces

Nos dias 10 e 11 de julho o Sindicato Rural de Cerro Azul realizou o curso de Produção Artesanal de Alimentos – doces e geleias. As aulas foram ministradas pela instrutora Dioneia Paraná e tiveram a participação de 11 produtores e trabalhadoras rurais.

TIBAGI



Agrotóxicos

O Sindicato Rural de Tibagi promoveu o curso de Aplicação de agrotóxicos - autopropelido - NR 31, no período de 15 a 17 de julho. A turma composta por 16 produtores (as) e trabalhadores (as) rurais foi orientada pelo instrutor Antônio Kreniski Júnior.

ERRATA - TEIXEIRA SOARES



Tratorista

Na edição do BI 1225 publicamos a nota sobre o curso realizado pelo Sindicato Rural de Teixeira Soares, nos dias 26 e 27 de junho. O nome correto do curso é Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (tratorista agrícola) - tratorista polivalente - básico (tratorista) e não Trabalhador na Operação e na Manutenção de Tratores de Esteira - tratores de esteira como foi publicado. A instrutora do grupo foi Silvana Olzweski.



Duas loiras

A primeira loira pergunta para a outra:

- Você acha que dá problema eu tomar a pílula com diarreia?

A outra ainda mais loira responde:

- Acho que não, mas por que você não toma com água?



Você é onicófago?

O nome é tão feio quanto o hábito. Onicófago é todo aquele que vive roendo as unhas. Coisa horrível, né? As unhas da mão crescem (se não forem roídas) uma média de 0,05 centímetro por semana, quatro vezes mais rapidamente que as unhas do pé.

Tio Patinhas

O príncipe da Arábia Saudita, Fahd al-Saud, organizou uma festa privada para 60 pessoas na Disneylândia de Paris. A festa, em maio passado, durou três dias e custou 15 milhões de euros. O príncipe usou o seu título de nobreza e seus recursos financeiros para reservar algumas atrações e espetáculos exclusivos para seus convidados. Viu como é duro ser rico?



Símbolo

O tuiuiú ou jaburu tem uma envergadura de aproximadamente 260 cm quando adulto e é considerado a ave símbolo do Pantanal. Podem ser vistos em grandes bandos, na beira de rios, brejos e lagoas. Alimenta-se de insetos, peixes, anfíbios, moluscos, crustáceos, pequenos répteis e mamíferos. É uma das maiores aves do Brasil.



Contra a gravidade



Por que os galhos das árvores são para cima, se a gravidade puxa tudo para baixo? Isso acontece devido a um hormônio chamado auxina, responsável pelos galhos crescerem na direção contrária à da gravidade. A auxina estimula o alongamento do caule e dos galhos das plantas, acelerando o crescimento deles para cima.



Eta povinhos noveleiros

O sucesso de "Avenida Brasil" que chamou a atenção pelo personagem Carminha, interpretada por Adriane Esteves, virou o maior sucesso de exportações. A novela foi exibida em 106 países e foi traduzida para 16 línguas e está no ar atualmente em nações como Uruguai, Croácia, Venezuela, Portugal, entre outros.



Tetra

Até hoje apenas uma final foi decidida nos pênaltis: em 1994, Brasil × Itália persistiram 120 minutos no 0 × 0 e a partida foi decidida nos pênaltis, quando o chato do Galvão Bueno cunhou a frase: “Vai que é sua Tafa-rel”. Ele foi, os italianos Franco Baresi e Roberto Baggio cobraram por cima da trave e o Brasil foi tetra-campeão Mundial. E o Galvão continua nos azucrinando...

O nome dos oceanos

Atlântico: Vem de Atlas, filho de Netuno, o deus dos mares.

Pacífico: Em 1520, Fernão de Magalhães, navegador português, ficou impressionado com a tranquilidade das águas sul-americanas. Daí ter dado ao oceano o nome de Pacífico. Na verdade, o Pacífico é mais perigoso que o Atlântico.

Índico: recebe o nome das costas que banha, da Índia e Indonésia.

Ártico: Deve seu nome a palavra grega “arctos” que significa “urso”. Já o oceano próximo ao polo sul denomina-se Antártico.

Rápido e rasteiro. Quem nasce nessas localidades é o que?

- * Beijo das Freiras (PB)
- * Caixa Pregos (BA)
- * Feliz Deserto (AL)
- * Jardim de Piranhas (RN)
- * Lagoa da Confusão (TO)
- * Mata Pais (SP)
- * Não-Me-Toque (RS)
- * Passa e Fica (RN)
- * Quebra Coco (MS)
- * Ressaquinha (MG)
- * Alô Brasil (MT)
- * Varre-e-Sai (RJ)
- * Veado Velho (CE)
- * Sem Peixe (MG)
- * Canastrão (MG)
- * Pessoa Anta (CE)
- * Naque-Nanuque (MG)
- * Venha-Ver (RN)
- * Peixe Gordo (CE)
- * Sombrio (SC)

Sábios conselhos

- Quando você não sabe o que está fazendo, faça cuidadosamente.
- Experiência é diretamente proporcional a equipamento estragado.
- Se você não consegue uma resposta da maneira habitual, comece das resposta é vá até a pergunta.
- Em caso de dúvida, faça soar algo convincente.
- Não acredite em milagres – confie neles.
- Trabalhar em equipe é essencial, você pode por a culpa em alguém.



QUAL É O TEU TEMPERAMENTO?

Hipócrates, o pai da Medicina, classificou o temperamento humano em quatro tipos. Notemos, porém, que ele viveu seis séculos antes de Cristo, quando, digamos, o mundo era meio diferente. Não havia, por exemplo: cartão de crédito; congestionamentos no trânsito; shopping centers; bancos; corrupção; violência, o SUS; Imposto de Renda e outros 84 impostos. Veja onde você se encaixa:

1. SANGUÍNEO(A)

Cordial, eufórico e vigoroso. Receptivo por natureza, toma suas decisões pelos sentimentos e não através dos pensamentos ponderados. Pela natureza apaixonada e envolvida que possui, contagia um ambiente repleto de pessoas pela sua presença. Não gosta de solidão e sim de grande convívio social. E são alvos de inveja de pessoas de temperamentos mais tímidos. São bons vendedores, funcionários de locais de atendimento ao público, professores, conferencistas, atores, operadores, pregadores e ocasionalmente bons chefes.

2. COLÉRICO(A)

Ardenente, vivaz, ativo, prático e voluntarioso. Decidido e teimoso, torna-se autossuficiente e muito independente. Não é dado as emoções e não vê as armadilhas na sua trajetória. Muitos líderes mundiais e grandes generais foram coléricos. São sempre bons gerentes, planejadores, produtores ou ditadores. É impaciente, não tem compaixão, é inflexível, impetuoso, incontrolável, impiedoso nas decisões, cria padrões difíceis de serem alcançados, utiliza-se das situações.

3. MELANCÓLICO(A)

Analítico, abnegado, bem dotado e perfeccionista. Isto o faz admirar as belas artes. É introvertido por natureza. É amigo fiel, mas não faz amigo

facilmente, por ser desconfiado. Tem habilidade de analisar os perigos que o envolve. Força-se a sofrer e sempre escolhe uma vocação difícil, que envolva grande sacrifício pessoal. Muitos dos grandes gênios do mundo, artistas, músicos, inventores, filósofos, educadores e teóricos. Cá entre nós, não deve ser o teu caso.

4. FLEUMÁTICO(A)

É calmo, frio e bem equilibrado, raramente explode em riso ou raiva, mantendo sempre suas emoções sob controle. É o único tipo de temperamento coerente, mas tem muito mais emoção do que demonstra. Por gostar do convívio social, não lhe faltam amigos, mas sempre encontra algo de engraçado nos outros. É simpático e tem bom coração. Não se envolve nas atividades alheias, sendo muito capaz e eficiente. É conciliador e pacificador. São bons diplomatas, administradores, professores e técnicos. Suas fraquezas: ser indiferente ao que o cerca, indolência, sabe como provocar os outros, magoa as pessoas através das suas piadas, não se esforça para realizar suas tarefas em ritmo satisfatório.

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br